

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 993 DE 2007

Nº 54 (Plenário)

Dê-se ao § 2º do art. 12 a seguinte redação:

“Art. 12

.....

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos no § 1º, **assim como a recebimento de recursos públicos pelos agentes de integração.**”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda que ora apresentamos tem por objetivo evitar que se repitam os fatos negativos que foram verificados quando da implantação do programa do Primeiro Emprego.

O Jornal Folha de São Paulo, em 17 de setembro de 2006, publicou notícia sob o título “Primeiro Emprego beneficia ONGs de petistas”. Diz a notícia:

“Considerada um fracasso como política de inserção de jovens no mercado de trabalho, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do governo Lula se revela um sucesso como fonte de recursos para ONGs ligadas ao PT. Dos R\$ 96,2 milhões repassados pelo governo federal entre 2004 e 2006, 59% foram para entidades representadas por petistas. As 13 ONGs ligadas ao partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberam R\$ 56,6 milhões para capacitar e inserir jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho. Outras 16 entidades, em que petistas não estão como dirigentes, receberam R\$ 39,6 milhões.

O Ministério do Trabalho e Emprego informou que esse

Forum *Wesley*

(nº 54 - cont.)

programa capacitou 62.992 jovens, entre 2003 e 2006, dos quais 12.249 foram inseridos no mercado de trabalho. O Ministério se negou, entretanto, a fornecer a lista desses jovens.

O levantamento feito pela Folha tomou como base as entidades "âncoras" divulgadas pelo Ministério do Trabalho como as responsáveis pelo gerenciamento dos recursos do programa nos Estados. A informação dos repasses de verbas é do site Contas Abertas. Cada "âncora" reúne pelo menos outras dez ONGs nos Consórcios Sociais da Juventude.

O secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini, nega haver distinção na escolha das entidades, e diz que os critérios para assinatura de convênios no governo Lula são mais rigorosos que no anterior. "Eu não peço filiação partidária. Eu abro até meu sigilo telefônico aqui da secretaria para poder ver isso", disse.

Amigos

O líder no ranking de repasses do Ministério do Trabalho, com R\$ 10,38 milhões, é o Juventude Sampa, que atua na cidade de São Paulo. O consórcio é liderado pelo Instituto do Grêmio Politécnico para Desenvolvimento da Educação, que tinha como diretor o petista Gilberto Álvares Giusepone Júnior, candidato a deputado federal como Prof. Giba.

O petista se afastou do instituto para disputar as eleições, segundo a assessoria da Poli.

Em terceiro lugar das entidades que mais receberam recursos está a Oxigênio, dirigida pelo companheiro de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Francisco Dias Barbosa, o Chicão. A ONG recebeu R\$ 7,4 milhões, entre 2004 e 2005.

No consórcio Geração Cidadã, liderado pela Asmoreji (Associação dos Moradores da Região do Jardim Independência), de Embu (SP), a ex-presidente e hoje tesoureira da entidade, Tereza Ruas Amorim, é fundadora do PT na cidade.

A Asmoreji, que tenta construir uma quadra de esportes há 25 anos, recebeu R\$ 3,9 milhões em 2005. Webdesigner e telemarketing foram dois cursos oferecidos pelo consórcio.

Uma das monitoras contratadas para a capacitação dos jovens em informática foi a doméstica Ana Paula da Silva, 27, que confessou nunca ter dado aula. "Eu sei ligar e desligar o computador", disse.

Ana Paula disse ter fornecido seus dados para que o consórcio justificasse o pagamento de uma empresa de informática, a



(nº 54 - Cmt.)

Microlins, que aparece no site da Asmoreji como "parceira".

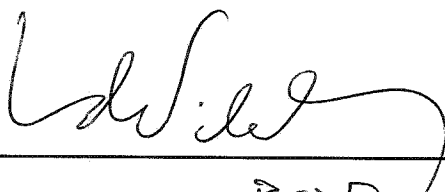
Casos como esse foram relatados pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em 2004. O tribunal recomendou na época uma fiscalização mais rígida por parte do Ministério.

Um dos poucos casos que o TCU investigou e apontou irregularidades também envolvia petistas. O Consórcio Social da Juventude de Curitiba (PR) tinha como entidade "âncora" a Fundação Estadual da Cidadania, dirigida por um ex-chefe-de-gabinete e um ex-tesoureiro do deputado estadual Ângelo Vanhoni (PT). A entidade foi acusada de reter quase 87% dos R\$ 2 milhões enviados pelo governo para que fossem compartilhados com ONGs parceiras. Os documentos estão sob análise do Ministério do Trabalho.

Outra investigada foi a Ágora (Associação para Projetos de Combate à Fome), que coordenava o consórcio no Distrito Federal e foi fundada por petistas. O tribunal apontou irregularidades e pediu a devolução do dinheiro aos cofres públicos."

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1026 de 2004 relatado pelo Ministro Guilherme Palmeira, que teve como objeto auditoria nos repasses de recursos federais realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos exercícios de 2003 e 2004 para a Associação para Projetos de Combate à Fome – ÁGORA, identificou falhas na implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e nos repasses e prestações de contas daquela ONG.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2007.



P SDB
Dorivaldo de M. JEM